



Demandas dos servidores federais dos IFs para os candidatos e candidatas à presidência

- Não realizar cortes no orçamento da Educação:

Nos últimos anos o Governo Federal vem diminuindo os recursos para a Educação Tecnológica gradativamente. Até 2014 nosso orçamento era corrigido pela inflação do ano, porém a partir daí houve perdas de 50% dos recursos de capital (para obras e compra de equipamentos) e de 20% dos recursos de custeio, sem contar a inflação do período. Além disso, a cada ano sofremos cortes e contingenciamento. Não é possível fazer educação de qualidade sem verba!

- Garantir autonomia e democracia das instituições

Durante o governo Bolsonaro dezenas de Instituições Federais de Ensino tiveram sua autonomia desrespeitada, através da nomeação de interventores alinhados ao governo. Somente após muita luta da categoria e da comunidade muitos destes interventores caíram. (REVISAR SE AINDA TEM INTERVENTORES ATUANDO nos IFS). É preciso um governo que se comprometa a respeitar nossa democracia interna!

- Valorizar o diálogo com as representações sindicais

O governo Bolsonaro também ficou marcado por não abrir espaço de diálogo com os sindicatos. Entendemos que é imprescindível que o Executivo ouça os legítimos representantes das categorias - em nosso caso, o Sinasefe.

- Abertura de concursos públicos para os IFs

Sem verba e sem abertura de concursos públicos, nossas instituições têm sofrido com a falta de professores e de técnicos/as administrativos/as em educação. Nossa educação, tão reconhecida pela sua qualidade, precariza-se também quando o quadro docente não está completo, pois ou os servidores da ativa se sobrecarregam ou os alunos ficam sem aula. Não é justo que recaia sobre as costas dos docentes a responsabilidade de manter os alunos em aula. Também os/as técnicos/as ativos ficam sobrecarregados com o excesso de trabalho, e muitas demandas importantes das instituições acabam não sendo atendidas devido à falta de pessoal.

- Compromisso com a manutenção da Interiorização , contra o fechamento de Campus e o “Reordenamento”.

A ameaça do reordenamento - outro nome para fechamento de campus e criação de cabides de emprego - tem nos assombrado no último período. Entendemos que um dos vários méritos dos IFs é sua interiorização, levando educação, ciência e tecnologia para

todas as regiões do país. A interiorização tem promovido o crescimento regional e tem tido diversas consequências positivas nas comunidades em que existem campus. É fundamental que ela continue sendo valorizada.

- Fomento público para pesquisa e extensão e para os núcleos de ações afirmativas, inclusivas e de diversidade (raça, gênero e sexualidade e pessoas com necessidades educacionais específicas)

Se antes os núcleos de inclusão já tiveram verbas próprias, na atualidade a sua existência tem exigido muitos esforços dos servidores envolvidos. Sem verbas, a atuação fica extremamente limitada à boa-vontade dos membros e da gestão (que nem sempre concorda com as temáticas trazidas). Se queremos efetivamente promover a inclusão e combater o racismo, machismo, LGBTfobia, capacitismo em nossas instituições, precisamos de fomento público!

- Combate à privatização e à terceirização

A privatização e a terceirização têm se inserido lentamente nas IFs, através de parcerias e editais que, silenciosamente, permitem que a instituição pública comece a ser cada vez mais tomada por empresas privadas. Estamos sempre na defesa pela ciência e tecnologia, porém isso deve ser feito com dinheiro público, sem amarras com instituições privadas.

- Revogação imediata da Reforma do Ensino Médio:

Sabemos que o chamado Novo Ensino Médio, baseado nas diretrizes da BNCC, expressa os interesses da classe burguesa brasileira, tendo destaque sua fração empresarial/industrial, em promover um ensino à serviço única e exclusivamente do mercado. Amplos setores da sociedade civil, entidades sindicais e do movimento estudantil como também espaços de produção acadêmico-científica sobre a educação pública brasileira foram apartados de qualquer participação no debate sobre tal Reforma e seus impactos negativos na formação humana e plural dos filhos da classe trabalhadora. Sendo assim, exigimos a revogação imediata da Reforma do Ensino Médio

- Valorização da carreira docente e do tripé - ensino/pesquisa/extensão: pela revogação da portaria 983.

A portaria 983 coloca em grave risco o tripé ensino/pesquisa/extensão, ao aumentar o número mínimo de carga horária em sala de aula. Caso não seja revogada, acabará por impedir os docentes de se dedicarem à pesquisa e extensão e eliminará, gradativamente, os aspectos que indicam a alta qualidade de nossas instituições.

- Garantia de 30h semanais de trabalho para TAEs

A flexibilização da carga horária para TAEs permite que os diferentes setores das instituições atendam a população de forma efetiva, já que garante o atendimento de forma ininterrupta, ao mesmo tempo em que mantém a qualidade de vida e a disponibilidade de tempo dos trabalhadores para se dedicar também a formação, a capacitação e a participação em projetos.